GESTUS CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

DOI: https://doi.org/10.5380/gestus.v9i1.102715

EVASÃO E DESLIGAMENTO ACADÊMICO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFPR – SETOR LITORAL (2020–2025): DIAGNÓSTICO E DESAFIOS À PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Clóvis Wanzinack[1]
Wanzinack@ufpr.br

Daniela Resende Archanjo[2]
danielaarchanjo@ufpr.br

RESUMO

Este relatório técnico analisa os encerramentos de vínculos acadêmicos no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral, entre 2020 e 2025, e apresenta propostas de gestão para fortalecer a permanência estudantil. Foram examinados 80 registros institucionais extraídos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica SIGA/UFPR e 15 respostas voluntárias e anônimas a questionário eletrônico, equivalentes a 18,75% dos estudantes contatados. A análise descritiva considerou ano e semestre de evasão, modalidade de encerramento, características sociodemográficas, semestres com matrícula e carga horária integralizada. As respostas ao questionário foram examinadas por frequências e agrupamento temático dos relatos abertos. Os registros mostram concentração dos encerramentos nos primeiros semestres: 83,75% dos estudantes tiveram até três semestres com matrícula e 61,25% apresentavam carga horária integralizada igual a zero. Entre os participantes do questionário, 60% relataram dificuldades acadêmicas e 33,33% apontaram barreiras de transporte ou deslocamento. As percepções são exploratórias, não representam necessariamente o conjunto dos 80 registros e não permitem inferências causais individuais. Ao final, apresenta-se um plano de monitoramento e intervenção para 2027, com responsabilidades compartilhadas entre direção, coordenação, assessoria do curso e docentes da câmara do curso de Administração Pública.

Palavras-chave: permanência estudantil; evasão no ensino superior; gestão acadêmica; Administração Pública; monitoramento institucional.

[1] **Clóvis Wanzinack**, Graduado em Administração, Mestre e Doutor em Desenvolvimento Regional, Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral, Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração Pública, Matinhos/PR, Brasil. E-mail: wanzinack@ufpr.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1859-763X.

[2] **Daniela Resende Archanjo**, Graduada em Direito, Mestre em Sociologia, Doutora em História, Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral, Vice-Coordenadora do Curso de Bacharelado em Administração Pública, Matinhos/PR, Brasil. E-mail: danielaarchanjo@ufpr.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7761-8955.

1. INTRODUÇÃO

A permanência estudantil constitui dimensão relevante da gestão dos cursos de graduação, pois envolve condições acadêmicas, pedagógicas, territoriais, socioeconômicas e institucionais que podem influenciar a continuidade da formação. Para a coordenação de um curso, conhecer os registros de encerramento de vínculo e as experiências dos estudantes que deixaram a graduação pode subsidiar ações de acolhimento, acompanhamento e aperfeiçoamento dos processos acadêmicos.

Este relatório analisa a evasão e os desligamentos acadêmicos no curso de Administração Pública da UFPR – Setor Litoral, entre 2020 e 2025. O objetivo é descrever os registros institucionais de encerramento de vínculo, apresentar as percepções dos estudantes que participaram do questionário e propor ações de gestão para fortalecer a permanência estudantil. A análise reúne informações do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica SIGA/UFPR e respostas voluntárias e anônimas ao questionário.

Adota-se a expressão “encerramento de vínculo” para reunir as diferentes modalidades administrativas registradas no SIGA/UFPR. A categoria “abandono” corresponde a uma classificação utilizada pelo sistema para formalizar o desligamento; ela não informa, por si só, por que o estudante deixou o curso nem demonstra que a decisão tenha sido voluntária.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Fontes e estudantes analisados

O relatório utiliza duas fontes. A primeira é a base institucional fornecida pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) da Universidade Federal do Paraná, composta por 80 registros de encerramento de vínculo no período de 2020 a 2025. Os dados institucionais foram extraídos do sistema em outubro de 2025 e contemplam as modalidades administrativas de encerramento identificadas no período. A segunda fonte é a exportação do questionário eletrônico, com 15 respostas válidas.

A base institucional foi tratada como referência para a caracterização dos 80 casos e para a série histórica. Foram analisados sexo, idade na data da evasão, município registrado no ingresso, modalidade de encerramento, ano e semestre de evasão, número de semestres com matrícula (NSC) e percentual de carga horária integralizada.

2.2. Questionário e tratamento das respostas

O questionário foi destinado aos 80 estudantes com registros de encerramento de vínculo. A divulgação foi por e-mail institucional, e-mail pessoal, redes sociais e WhatsApp. Em alguns casos, também foram realizadas tentativas de contato telefônico. Foram obtidas 15 respostas, registradas entre 31 de outubro de 2025 e 16 de janeiro de 2026, correspondendo a 18,75% dos estudantes contatados. A participação foi voluntária e anônima. O instrumento não solicitou nome, matrícula ou endereço de e-mail.

As questões fechadas foram examinadas por frequências absolutas e relativas. Nas questões de múltipla escolha, os percentuais têm como denominador os 15 participantes, exceto quando explicitamente indicado outro denominador. Por essa razão, a soma dos percentuais de motivos pode ultrapassar 100%. As respostas abertas foram agrupadas tematicamente, sem reproduzir relatos extensos ou informações pessoais que possam permitir identificação.

Uma possível limitação diz respeito à atualização dos dados de contato. Endereços de e-mail podem deixar de ser utilizados e números de telefone podem mudar após o encerramento do vínculo, o que pode dificultar a comunicação com ex-estudantes. Essa situação pode ter contribuído para a baixa participação no questionário, embora não seja possível medir seu efeito sobre a taxa de resposta.

2.3. Definições operacionais e comparabilidade

A variável NSC corresponde ao número de semestres em que cada estudante esteve matriculado no curso; não representa frequência efetiva, participação em aulas ou aproveitamento acadêmico. A variável “CH Integralizada – Total (%)” indica o percentual da carga horária curricular integralizada até o encerramento do vínculo. O município corresponde ao endereço informado no cadastro no momento do ingresso, não necessariamente à residência na data do desligamento. “Ano evasão” e “Data Evasão” são campos distintos: o primeiro identifica o ano acadêmico ao qual o encerramento está associado; o segundo registra a data em que o procedimento foi efetivado administrativamente no sistema. Por isso, a série histórica utiliza o ano e o semestre acadêmico de evasão, enquanto a data de efetivação é examinada separadamente.

Foram identificadas divergências entre o ano de evasão informado pelos participantes no questionário e o ano registrado institucionalmente. Como não houve vinculação individual das respostas aos registros acadêmicos, as informações autodeclaradas foram mantidas, sem

presumir qual fonte estaria incorreta. A base institucional é utilizada para descrever a série histórica; as respostas do questionário são analisadas como percepções dos participantes.

Antes da análise, foram conferidos os 80 registros institucionais, sem identificação de linhas integralmente duplicadas. Os totais das distribuições apresentadas nas tabelas institucionais correspondem a 80 registros. O valor 0 no campo de município foi tratado como "Não informado". Na base do questionário, foram consideradas 15 respostas, registradas entre 31/10/2025 e 16/01/2026; nas questões fechadas, os percentuais foram calculados sobre n=15, exceto na questão condicional sobre pandemia, cujo denominador foi n=10. Na Tabela 8, o cruzamento entre NSC e carga horária foi conferido a partir dos valores individuais, com total de 80 registros.

2.4. Aspectos éticos e limitações

A avaliação institucional foi realizada por meio de questionário eletrônico, de participação voluntária e anônima, destinado a coletar percepções e opiniões dos participantes sobre diferentes dimensões do curso de Administração Pública. O instrumento não solicitou informações que possibilitassem a identificação dos participantes, e os resultados foram tratados e apresentados de forma agregada. Considerando a natureza da atividade, caracterizada como pesquisa de opinião pública com participantes não identificados, seu enquadramento fundamenta-se no artigo 1º, parágrafo único, inciso I, e no artigo 2º, inciso XIV, da Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, bem como nas orientações do Ofício Circular nº 17/2022/CONEP/SECNS/MS, que esclarece as hipóteses de dispensa de submissão ao Sistema CEP/CONEP.

A análise do questionário apresenta limitações: participaram 15 dos 80 estudantes contatados (18,75%); as respostas podem conter imprecisões de memória ou preenchimento; e não há evidência de representatividade estatística. A eventual desatualização de e-mails e telefones também pode ter dificultado o contato, embora não seja possível medir seu efeito sobre a taxa de resposta. Os dados não permitem estabelecer relações causais individuais entre características institucionais e motivos informados pelos participantes. As respostas abertas são apresentadas de forma agregada e temática.

3. RESULTADOS DOS REGISTROS INSTITUCIONAIS

3.1. Distribuição por ano e semestre

Tabela 1 – Encerramentos de vínculo por ano e semestre de evasão, 2020–2025

Ano	1º semestre	2º semestre	Total
2020	4	1	5
2021	4	15	19
2022	11	4	15
2023	13	1	14
2024	5	10	15
2025	12	0	12
Total	49	31	80

Fonte: SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

Em 2021 foi registrado o maior número de encerramentos de vínculo (19; 23,75% do total), o que pode apontar para uma relação direta com a pandemia de COVID-19. Nos anos seguintes, os quantitativos variaram entre 12 e 15 registros, sem apresentar uma redução contínua. Considerando todo o período, 49 encerramentos (61,25%) foram associados ao primeiro semestre e 31 (38,75%) ao segundo. A variação entre os anos reforça a importância de acompanhar os dados por período letivo, em vez de observar apenas os totais anuais.

3.2. Modalidades administrativas de encerramento

Tabela 2 – Modalidades administrativas de encerramento do vínculo

Modalidade administrativa	n	%
Abandono	54	67,50
Não confirmação de vaga	12	15
Cancelamento a pedido	6	7,50
Cancelamento a pedido do calouro	3	3,75
Reopção	2	2,50
Cancelamento administrativo	1	1,25
Cancelamento judicial	1	1,25
PROVAR	1	1,25
Total	80	100

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

Na base do SIGA/UFPR, “abandono” é uma modalidade administrativa de encerramento do vínculo. O registro identifica a forma como o desligamento foi classificado no sistema, mas não informa, por si só, as circunstâncias que levaram à interrupção do curso. Assim, não permite distinguir se a saída decorreu de decisão voluntária, dificuldades acadêmicas, condições socioeconômicas, barreiras de deslocamento, ausência de renovação de

matrícula ou outros fatores. A categoria deve ser interpretada como informação administrativa, e não como explicação da trajetória individual.

3.3. Perfil sociodemográfico

Tabela 3 – Distribuição por sexo

Sexo	n	%
Feminino	43	53,75
Masculino	37	46,25
Total	80	100

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 4 – Distribuição dos estudantes por faixa etária

Faixa etária	n	%
18–21 anos	30	37,50
22–25 anos	20	25
26–30 anos	11	13,75
31–40 anos	7	8,75
41–50 anos	10	12,50
51 anos ou mais	2	2,50
Total	80	100

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

A idade média foi de 26,96 anos. Cinquenta estudantes (62,5%) tinham até 25 anos na data do desligamento. A distribuição também contempla estudantes adultos e adultas, indicando a heterogeneidade etária do público.

Tabela 5 – Município de residência cadastrado no ingresso

Município	n	%
Matinhos	28	35
Paranaguá	15	18,75
Curitiba	9	11,25
Pontal do Paraná	8	10
Guaratuba	7	8,75
Morretes	2	2,50
Antonina	1	1,25
Arapongas	1	1,25

Município	n	%
Araucária	1	1,25
Botucatu	1	1,25
Fazenda Rio Grande	1	1,25
Guaraqueçaba	1	1,25
Jundiaí	1	1,25
Lapa	1	1,25
Marília	1	1,25
São Paulo	1	1,25
Não informado	1	1,25
Total	80	100

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

Nota: O valor 0 existente na base foi recodificado como "Não informado". O Município refere-se ao cadastro no ingresso.

Matinhos (35%) e Paranaguá (18,75%) foram os municípios mais frequentes. Os cinco municípios com maior número de registros concentram 67 estudantes (83,75%). Como o campo se refere ao ingresso, não deve ser utilizado como medida direta da residência ou do deslocamento na data de saída.

3.4. Tempo de vínculo e integralização

Tabela 6 – Distribuição dos semestres com matrícula (NSC)

Semestres com matrícula (NSC)	n	%
1	27	33,75
2	21	26,25
3	19	23,75
4	3	3,75
5	4	5,0
6	4	5,0
7	1	1,25
8	1	1,25
Total	80	100

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

A média foi de 2,46 semestres com matrícula. Sessenta e sete estudantes (83,75%) tiveram até três semestres com matrícula. A variável indica tempo de vínculo com matrícula, não frequência efetiva ou participação nas atividades.

Tabela 7 – Distribuição do percentual de carga horária integralizada

Carga horária integralizada	n	%
0%	49	61,25
>0–10%	14	17,50
>10–20%	8	10
>20–30%	6	7,50
>30–40%	3	3,75
Total	80	100

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

A média de carga horária integralizada foi de 5,88%, o maior percentual observado foi 40%. Em 49 dos 80 registros (61,25%), não havia carga horária curricular integralizada. Esse indicador descreve a progressão registrada no sistema e não permite concluir se o estudante frequentava ou não as aulas.

Tabela 8 – Cruzamento entre semestres com matrícula e carga horária integralizada (n)

NSC	0%	>0–10%	>10–20%	>20–30%	>30–40%	Total
1	27	0	0	0	0	27
2	13	8	0	0	0	21
3	7	5	4	2	1	19
4	0	1	1	1	0	3
5	1	0	1	2	0	4
6	1	0	1	0	2	4
7	0	0	0	1	0	1
8	0	0	1	0	0	1
Total	49	14	8	6	3	80

Fonte: Sistema SIGA/UFPR. Organização e cálculos: elaboração própria.

Nota: faixas calculadas a partir dos percentuais individuais da base institucional atualizada.

A Tabela 8 cruza duas informações de cada registro. As linhas indicam o número de semestres com matrícula (NSC), enquanto as colunas apresentam as faixas de percentual da carga horária curricular integralizada. Cada célula informa quantos registros se enquadram simultaneamente nas duas condições. Por exemplo, os 27 registros de estudantes com um semestre de matrícula estão na coluna de 0% de integralização; entre os 21 registros com dois semestres, 13 também apresentam 0% e oito estão na faixa acima de 0% até 10%. No conjunto, 49 dos 80 registros não apresentam carga horária integralizada. Esses resultados mostram a

concentração de percursos acadêmicos curtos e baixa integralização, mas não permitem concluir sobre frequência às aulas nem identificar as causas dos desligamentos.

4. PERCEPÇÕES DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO

Os resultados desta seção correspondem exclusivamente aos 15 participantes do questionário, que representam 18,75% dos estudantes contatados. O ano de evasão informado pelos participantes divergiu dos registros institucionais: oito participantes indicaram 2020, enquanto a base institucional registra cinco encerramentos nesse ano; nenhum participante indicou 2021, embora a base registre 19. Como não houve vinculação individual entre as respostas e os registros acadêmicos, as informações autodeclaradas foram mantidas. A diferença é considerada uma limitação de comparabilidade e pode envolver imprecisão de memória ou preenchimento.

4.1. Percurso acadêmico após o desligamento

Tabela 9 – Situação após deixar o curso

Situação	n	%
Não iniciou outro curso	7	46,67
Curso superior EaD	5	33,33
Curso superior presencial	3	20
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 10 – Classificação da instituição de continuidade dos estudos

Instituição	n	%
Pública e gratuita	6	40
Particular	5	33,33
Não se aplica	4	26,67
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 11 – Área do curso iniciado após a saída

Área	n	%
Área distinta	7	46,67
Área correlata	1	6,67
Não se aplica	7	46,67
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Neste relatório, o percurso acadêmico após o desligamento corresponde à situação informada pelos participantes depois de deixarem o curso de Administração Pública: se iniciaram outra graduação, se passaram a estudar em outra modalidade ou instituição, ou se não ingressaram em outro curso superior. Oito participantes (53,33%) informaram ter iniciado outro curso superior. Os dados sugerem que, para parte dos participantes, a saída do curso não significou o abandono da educação superior. Os dados também sugerem que dentre aqueles que prosseguiram no ensino superior, a maior parte foi para outra área, distinta da Administração Pública.

4.2. Experiências acadêmicas e institucionais

Tabela 12 – Dificuldades para acompanhar o conteúdo das aulas

Resposta	n	%
Muitas	5	33,33
Algumas	4	26,67
Não	6	40
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 13 – Avaliação do apoio dos professores

Avaliação	n	%
Excelente	4	26,67
Bom	8	53,33
Regular	2	13,33
Ruim	1	6,67
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 14 – Avaliação do apoio institucional

Avaliação	n	%
Excelente	1	6,67
Bom	9	60
Regular	3	20
Ruim	2	13,33
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 15 – Percepção sobre atendimento dos métodos e materiais de ensino

Resposta	n	%
Sim	4	26,67
Parcialmente	9	60
Não	2	13,33
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 16 – Percepção sobre relações no ambiente universitário

Percepção	n	%
Acolhido(a)	5	33,33
Indiferente	5	33,33
Deslocado(a)	5	33,33
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 17 – Percepção de falta de suporte dos professores

Resposta	n	%
Não	11	73,33
Parcialmente	3	20
Sim	1	6,67
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 18 – Percepção de falta de suporte institucional

Resposta	n	%
Não	10	66,67
Parcialmente	3	20
Sim	2	13,33
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Nove participantes (60%) relataram muitas ou algumas dificuldades acadêmicas. Doze (80%) avaliaram o apoio docente como bom ou excelente, e dez (66,67%) avaliaram positivamente o apoio institucional. Ao mesmo tempo, nove (60%) consideraram que métodos e materiais atenderam apenas parcialmente às necessidades, e cinco (33,33%) relataram sentir-se deslocados no ambiente universitário. As respostas apontam para experiências heterogêneas; não sustentam uma avaliação generalizada negativa ou positiva do curso.

4.3. Motivos associados à saída

Tabela 19 – Motivos assinalados pelos participantes

Motivo assinalado	n	%
Outros	8	53,33
Dificuldade de rendimento acadêmico	7	46,67
Transporte, distância ou deslocamento	5	33,33
Saúde emocional	4	26,67
Insatisfação com o curso	3	20

Mudança de cidade	3	20
Saúde física	2	13,33
Trabalho	2	13,33
Dificuldade financeira	1	6,67
Insatisfação com a UFPR	1	6,67
Responsabilidades de cuidado	1	6,67
Gravidez/maternidade/paternidade	1	6,67

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Nota: Questão de múltipla escolha. Os percentuais não são somáveis a 100%.

As dificuldades de rendimento acadêmico foram assinaladas por sete participantes (46,67%) e as dificuldades de transporte, distância ou deslocamento por cinco (33,33%). A categoria "Outros" foi selecionada por oito (53,33%). Os relatos abertos complementares abordaram, em síntese, barreiras de transporte intermunicipal, mudança de cidade, custos de moradia e deslocamento, efeitos da pandemia e do ensino remoto, mudanças de interesse e aspectos da organização do ambiente de aprendizagem.

A dimensão da saúde emocional merece atenção particular na análise da permanência estudantil. Em estudo realizado com estudantes do curso de Administração Pública da UFPR – Setor Litoral, Wanzinack e Braunert (2025) identificaram que a experiência universitária pode produzir impactos positivos e negativos sobre a saúde mental, destacando fatores como sobrecarga de atividades acadêmicas, pressão, dificuldades de conciliação entre trabalho e estudos e ansiedade. Os autores também observaram a importância das relações interpessoais, do apoio de colegas e docentes e das estratégias institucionais de acolhimento e promoção da saúde mental. Esses resultados contribuem para contextualizar os achados deste relatório, especialmente a presença de questões relacionadas à saúde emocional entre os motivos associados ao encerramento do vínculo acadêmico.

4.4. Pandemia, motivação e intenção de retorno

Tabela 20 – Percepção de influência da pandemia na decisão de saída

Resposta	n	%
Sim	10	66,67
Não	5	33,33
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 21 – Aspectos associados à pandemia entre participantes que indicaram influência

Aspecto associado	n	%
Dificuldade com aulas remotas	7	70
Equipamentos ou acesso à internet	5	50
Rotina familiar	5	50
Isolamento	3	30
Condições de saúde	3	30
Outros	2	20

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Nota: A exportação contém 11 respostas à questão condicional, embora apenas 10 participantes tenham respondido "sim" à pergunta anterior. Para esta tabela, foram considerados os dez participantes afirmativos, conforme a consistência lógica do filtro. Múltiplas respostas.

Tabela 22 – Motivação antes da saída do curso

Resposta	n	%
Sim	12	80
Parcialmente	3	20
Não	0	0
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Tabela 23 – Interesse em retornar ao curso

Resposta	n	%
Sim	5	33,33
Talvez	5	33,33
Não	5	33,33
Total	15	100

Fonte: questionário eletrônico aplicado aos estudantes com registros de desligamento. Organização e cálculos: elaboração própria.

Dez participantes (66,67%) consideraram que a pandemia influenciou sua saída. Entre eles, a dificuldade com aulas remotas foi o aspecto mais citado. A exportação contém uma resposta à questão condicional de pandemia de alguém que respondeu "não" à pergunta-filtro; por isso, a tabela utiliza somente os dez participantes que responderam afirmativamente. Quanto à motivação com o curso antes da saída, 80% informaram que estavam motivados. O interesse futuro em retornar distribuiu-se igualmente entre "sim", "talvez" e "não".

4.5. Análise qualitativa das respostas abertas

Além das questões fechadas, o instrumento continha campos abertos sobre outros motivos para a saída, apoio docente, apoio institucional, influência da pandemia e avaliação geral da experiência no curso. Foram identificadas respostas em quatro campos específicos de comentário e dez respostas à questão final. As respostas foram lidas integralmente e agrupadas por aproximação temática. A análise não atribui frequência a categorias qualitativas sem codificação individual sistemática; os trechos a seguir são ilustrativos e não representam prevalência entre os 80 estudantes.

4.5.1. Barreiras territoriais e de transporte

Os relatos apontaram a dependência de transporte intermunicipal, a interrupção de serviços privados, a dificuldade de acesso a vagas no transporte gratuito e os custos de deslocamento. Um participante sintetizou: “Moro em Paranaguá e estudava em Matinhos no período noturno! [..] o transporte gratuito é muito burocrático para conseguir vaga, então não consegui!” (Participante 2). Em outra resposta, a impossibilidade financeira de deslocar-se diariamente foi descrita como razão para optar por outra instituição: “não tinha condições de ir até a UFPR por conta própria” (Participante 5).

Esses relatos complementam o dado fechado de que cinco participantes (33,33%) assinalaram dificuldades de transporte, distância ou deslocamento. Não se deve, contudo, inferir que a mesma barreira tenha afetado todos os estudantes residentes nos municípios identificados na base institucional.

Além das experiências relatadas, a questão do transporte intermunicipal já havia sido objeto de articulação institucional. Diante das demandas de estudantes, especialmente daqueles que se deslocavam de Paranaguá para Matinhos, a coordenação do curso realizou reuniões com a Direção do Setor Litoral. Segundo o relato da coordenação, a Direção informou, naquele período, que a oferta de transporte intermunicipal seria de responsabilidade das administrações municipais, e não da universidade. Ainda assim, a Direção promoveu conversas com prefeituras de Paranaguá e de outros municípios da região, buscando sensibilizar as administrações e viabilizar a cessão de ônibus para estudantes. À época, as tratativas permaneciam em negociação e não havia transporte municipal disponível para todas as pessoas que necessitavam. Parte dos estudantes precisava recorrer a vans particulares ou ao transporte rodoviário regular entre Paranaguá e Matinhos, o que elevava os custos de deslocamento. Esse histórico é

apresentado como contextualização institucional informada pela coordenação, e não como verificação independente da atribuição legal de responsabilidade pelo serviço.

4.5.2. Pandemia, ensino remoto e mudança de residência

Os relatos descreveram interrupção das atividades presenciais, dificuldades de acompanhar aulas remotas, retorno à cidade de origem e impossibilidade de arcar com moradia em Matinhos durante a suspensão das atividades presenciais. Uma participante afirmou: “não consegui acompanhar as aulas remotamente, mudei de cidade e quando retornei até tentei voltar para o curso, mas já tinha perdido minha vaga” (Participante 9). Outro mencionou que, após a pandemia, tornou-se difícil retornar ao litoral por não residir em Matinhos (Participante 12).

As respostas também mencionaram incerteza no início da pandemia e a busca por outra formação mais compatível com os interesses pessoais. Esses relatos ajudam a contextualizar os dez participantes (66,67%) que afirmaram que a pandemia influenciou sua decisão, mas não autorizam generalizar a experiência para todos os registros institucionais.

4.5.3. Organização do ambiente de aprendizagem

Um dos participantes relatou desconforto com a disposição das carteiras. No Setor Litoral, as salas não seguem o modelo tradicional de fileiras, com estudantes sentados um atrás do outro. As cadeiras são organizadas lateralmente, lado a lado, enquanto o professor ocupa uma posição central. Essa configuração busca favorecer a interação, mas pode ser vivenciada de maneiras diferentes. Um participante explicou: “Esse método pra mim não funcionou. Gostava quando era de sentar na minha carteira individual e olhando pra frente” (Participante 3).

Esse depoimento deve ser interpretado como uma experiência individual, não como avaliação generalizada da organização das salas. Ainda assim, aponta uma dimensão concreta que pode ser discutida coletivamente: a flexibilidade na organização do espaço de aprendizagem, considerando diferentes necessidades de concentração e participação.

4.5.4. Acolhimento, apoio e trajetórias escolares

Nas respostas sobre o apoio docente, dois participantes destacaram a importância de maior acolhimento e atenção aos estudantes que retornam à universidade após um longo período

afastados da educação formal. Outro apontou a necessidade de apoio a quem concluiu o Ensino Médio a muito tempo atrás e precisa retomar conteúdos básicos (Participante 15).

No campo sobre apoio institucional, foram sugeridas medidas como ampliar a articulação por transporte, realizar contato diante de dificuldades relatadas e apoiar estudantes com limitações de acesso a equipamentos e internet. Uma resposta sintetizou a demanda por "mais ônibus para quem é das cidades vizinhas do campus" (Participante 2).

Essas manifestações não contradizem as avaliações predominantemente positivas do apoio docente e institucional nas questões fechadas. Elas mostram que avaliações gerais positivas podem coexistir com necessidades específicas não atendidas em determinadas trajetórias.

4.5.5. Identificação com o curso e avaliação da experiência

As respostas abertas também registraram experiências positivas. Uma participante afirmou: "Eu AMEI o curso, de verdade" (Participante 1); outra pessoa destacou as matérias e a atuação dos professores como aspectos positivos, mas associou sua saída à dificuldade de transporte (Participante 2). Houve ainda relatos de acolhimento inicial e de boa relação com colegas e docentes.

Em sentido diverso, um participante relatou não ter se identificado com o curso e ter percebido uma diferença entre suas expectativas sobre Administração Pública e os conteúdos encontrados. Esse tipo de manifestação sugere a importância de explicitar, desde o ingresso, o campo de atuação e a natureza interdisciplinar da formação em Administração Pública.

Essa necessidade de aproximação entre as expectativas dos estudantes e a proposta formativa do curso também encontra respaldo em estudo anterior realizado com egressos dos cursos de Gestão Pública e Administração Pública da UFPR – Setor Litoral. Wanzinack e Archanjo (2021) analisaram o perfil, as perspectivas e os desafios enfrentados pelos egressos, destacando aspectos relacionados à formação acadêmica, à inserção profissional e às expectativas em relação aos cursos. Esses elementos reforçam a importância de apresentar aos ingressantes, desde o início da graduação, as características da formação, suas possibilidades de atuação e sua relação com o mundo do trabalho.

4.5.6. Síntese temática das respostas abertas

A leitura dos campos abertos permitiu identificar os seguintes temas, apresentados como categorias interpretativas e não como contagens de prevalência: (a) transporte e deslocamento intermunicipal; (b) pandemia, ensino remoto e mudança de residência; (c) custos de moradia e condições financeiras; (d) organização do ambiente de aprendizagem; (e) acolhimento e apoio a estudantes com trajetórias escolares descontínuas; e (f) identificação com o curso e expectativas de formação. Os relatos de saúde e sofrimento pessoal foram considerados na leitura geral, mas não são reproduzidos literalmente para preservar a privacidade.

A análise qualitativa reforça a necessidade de respostas institucionais diversificadas. Medidas de acompanhamento acadêmico, acolhimento, orientação sobre a formação, flexibilidade pedagógica e articulação territorial podem responder a necessidades diferentes, sem pressupor que uma única intervenção seja suficiente.

5. DIAGNÓSTICO INTEGRADO

A análise conjunta das duas fontes permite distinguir três níveis de informação: (i) os dados descritivos dos 80 registros institucionais; (ii) as percepções dos 15 participantes do questionário; e (iii) as interpretações utilizadas para orientar propostas de gestão. A integração é temática, e não individual: não é possível relacionar a resposta de um participante a um registro específico do SIGA/UFPR. Como a taxa de resposta foi de 18,75% e não há representatividade estatística demonstrada, as percepções do questionário não podem ser generalizadas para todos os estudantes com vínculo encerrado. A possível desatualização dos contatos pode ter dificultado a comunicação, mas não há dados que permitam quantificar esse efeito.

Tabela 24 – Síntese diagnóstica e implicações para a gestão

Dimensão	Evidências	Implicação gerencial
Trajetória inicial	83,75% dos registros com até três semestres de matrícula	Acompanhar ingressantes e estudantes nos primeiros semestres
Aprendizagem e rendimento	60% dos respondentes relataram dificuldades; 46,67% assinalaram dificuldade de rendimento	Fortalecer orientação acadêmica, monitoria e identificação precoce de dificuldades
Território e deslocamento	33,33% apontaram dificuldades de transporte ou deslocamento	Articular demandas com assistência estudantil e setores competentes
Acolhimento e pertencimento	33,33% relataram sentir-se deslocados	Ampliar integração, escuta e avaliação do ambiente de aprendizagem
Pandemia e condições externas	66,67% associaram a pandemia à saída	Considerar condições tecnológicas, familiares, econômicas e territoriais

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados apresentados neste relatório.

O diagnóstico evidencia que a evasão estudantil constitui um fenômeno multidimensional, relacionado a diferentes aspectos da trajetória acadêmica e das condições de permanência na universidade. Essa compreensão é corroborada por Wanzinack e Braunert (2025), que, em estudo realizado com estudantes do curso de Administração Pública da UFPR – Setor Litoral, identificaram que a experiência universitária pode repercutir de diferentes maneiras na saúde mental e no bem-estar dos estudantes. Entre os aspectos destacados estão a sobrecarga de atividades acadêmicas, as pressões relacionadas ao curso, as dificuldades de conciliação entre trabalho e estudos e a importância das relações interpessoais e do apoio institucional. Esses achados reforçam a necessidade de estratégias integradas de acolhimento, acompanhamento acadêmico e promoção da saúde mental, considerando as diferentes dimensões que podem influenciar a permanência estudantil.

As evidências reunidas neste relatório oferecem subsídios para o planejamento de ações preventivas e para a implantação de um processo sistemático de acompanhamento dos estudantes. Entretanto, os dados disponíveis não permitem estabelecer relações causais individuais entre os fatores identificados e o encerramento dos vínculos, tampouco avaliar a efetividade das intervenções institucionais já existentes.

6. PLANO DE INTERVENÇÃO E GOVERNANÇA – 2027

Propõe-se um plano de acompanhamento para 2027, articulando ações sob governabilidade direta do curso com encaminhamentos ao Setor Litoral e à UFPR. O plano deve aproveitar a recepção anual de calouros já existente, fortalecendo sua articulação com o acompanhamento dos primeiros semestres. Também deve prever procedimentos de atualização dos dados de contato, identificação de dificuldades acadêmicas, escuta, encaminhamento e registro das providências, respeitando a autonomia dos estudantes e a confidencialidade das informações. As demandas relativas ao transporte intermunicipal devem ser encaminhadas às instâncias competentes e acompanhadas institucionalmente. Não se fixa, neste momento, uma meta quantitativa de redução da evasão, pois a base não oferece denominadores anuais de ingressantes e matriculados que permitam calcular taxas por coorte.

Tabela 25 – Plano de ação para fortalecimento da permanência

Ação	Responsáveis principais	Periodicidade	Indicador de acompanhamento
Fortalecimento da recepção institucional de calouros	Direção do Setor Litoral, Coordenação do curso e demais setores envolvidos	Anual, conforme calendário institucional	Programação realizada, participação e avaliação dos ingressantes
Acompanhamento dos ingressantes	Coordenação do curso, assessoria e docentes	Ao longo do primeiro ano	Estudantes acompanhados e demandas registradas
Levantamento de reprovações recorrentes e dificuldades	Coordenação do curso, assessoria e docentes	Semestral	Levantamento realizado e encaminhamentos
Fluxo de comunicação sobre faltas recorrentes	Coordenação do curso, assessoria e docentes	Contínuo	Comunicações e contatos registrados
Busca ativa e encaminhamento	Coordenação do curso e assessoria	Conforme identificação de risco	Contatos, respostas e encaminhamentos
Ações de integração e pertencimento	Coordenação do curso, assessoria e representação estudantil	Semestral	Atividades realizadas e avaliação
Discussão sobre metodologias e ambiente de aprendizagem	Coordenação do curso e docentes	Anual	Discussões e medidas pactuadas
Articulação institucional sobre transporte intermunicipal	Direção do Setor Litoral, Coordenação do curso e instâncias municipais e universitárias competentes	Conforme demanda e agenda de articulação	Demandas encaminhadas, reuniões realizadas e respostas obtidas
Balanço dos indicadores de permanência	Coordenação do curso, assessoria e docentes	Semestral	Relatórios de monitoramento
Atualização e validação dos contatos institucionais	Coordenação do curso, assessoria	No ingresso e em períodos definidos	Percentual de cadastros conferidos e contatos atualizados

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados apresentados neste relatório.

6.1.1. Níveis de responsabilidade e governabilidade

Para evitar tanto a transferência integral do problema ao estudante quanto a atribuição ao curso de responsabilidades que excedem sua competência, propõe-se distinguir os níveis de atuação a seguir. A matriz é uma proposta de governança, a ser validada pelo Colegiado e pelas instâncias envolvidas.

Tabela 26 – Níveis de responsabilidade e governabilidade

Nível	Temas sob sua esfera de atuação ou articulação	Papel proposto
Curso: coordenação, assessoria, docentes	Acolhimento; orientação sobre o curso; acompanhamento acadêmico; identificação de dificuldades; diálogo pedagógico; registro e análise de indicadores.	Executar ações diretamente possíveis; pactuar fluxos; registrar contatos e encaminhamentos; avaliar resultados semestrais.
Setor Litoral	Apoio estudantil e psicossocial disponível no Setor; infraestrutura e serviços locais; articulação territorial; condições de acesso ao campus.	Receber demandas formalizadas pelo curso; avaliar alternativas dentro de suas competências; informar respostas e limites.
UFPR e unidades competentes	Políticas de assistência estudantil; transporte e acessibilidade institucional; conectividade, sistemas e recursos; normativas e decisões administrativas de abrangência institucional.	Analisar demandas que ultrapassam o Setor ou o curso; orientar sobre programas, critérios, fluxos e possibilidades institucionais.
Estudantes e representação estudantil	Comunicação de necessidades; participação em espaços de escuta e avaliação; colaboração na construção de soluções.	Participar voluntariamente dos canais de diálogo, sem que a responsabilidade pela permanência seja individualizada.

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados apresentados neste relatório.

6.1.2. Atribuições operacionais

À Coordenação do curso de Administração Pública compete liderar a implementação, articular docentes e setores institucionais, encaminhar demandas às instâncias competentes e submeter ao Colegiado do curso de Administração Pública os resultados e as propostas que exijam deliberação coletiva. À assessoria do curso de Administração Pública cabe organizar e atualizar as informações acadêmicas disponíveis, sistematizar indicadores, apoiar a identificação de situações que mereçam atenção, registrar ações e encaminhamentos e preparar relatórios periódicos. Aos docentes cabe comunicar, pelos fluxos pactuados, situações acadêmicas que demandem atenção, contribuir com estratégias de apoio pedagógico e participar da avaliação das ações. Ao Colegiado do curso de Administração Pública cabe discutir os

resultados, pactuar medidas pedagógicas e acompanhar sua implementação. Demandas especializadas devem ser encaminhadas aos serviços e unidades competentes, respeitados os fluxos institucionais e a privacidade dos estudantes.

6.2. Metas iniciais para 2027

Propõem-se como metas de implantação: (a) avaliar e aprimorar, em cada edição, a programação anual de recepção de calouros já existente; (b) realizar dois levantamentos anuais de dificuldades acadêmicas; (c) pactuar e divulgar fluxo de comunicação entre docentes, coordenação e assessoria; (d) registrar contatos e encaminhamentos de busca ativa; (e) estabelecer rotina de conferência e atualização dos dados de contato; (f) realizar ao menos uma avaliação anual da experiência acadêmica e do acolhimento; e (g) apresentar balanço anual dos indicadores ao Colegiado. As metas deverão ser validadas pelo Colegiado e ajustadas conforme a capacidade operacional.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos 80 registros institucionais e das 15 respostas ao questionário identificou concentração dos encerramentos nos primeiros semestres, baixa integralização curricular em parcela expressiva dos registros e percepções variadas sobre dificuldades acadêmicas, apoio, pertencimento, transporte e efeitos da pandemia. O conjunto reforça que a saída do curso deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, sem reduzir sua explicação a decisões individuais ou a uma única deficiência institucional.

O principal subsídio gerencial do relatório é articular três frentes complementares: (i) diagnóstico crítico, que reconhece fatores acadêmicos, territoriais, sociais e institucionais; (ii) definição de responsabilidades, distinguindo o que cabe diretamente ao curso daquilo que exige atuação do Setor Litoral ou da UFPR; e (iii) plano de intervenção, com ações, responsáveis, periodicidade e indicadores. A proposta é instituir um ciclo de monitoramento: identificar situações que mereçam atenção, realizar contato respeitoso, encaminhar demandas, registrar providências e avaliar periodicamente os resultados.

Os resultados devem ser interpretados considerando algumas limitações: o questionário teve participação de 18,75% dos estudantes contatados; suas respostas não representam necessariamente todos os 80 registros; houve divergências entre o ano autodeclarado e o ano institucional; e não foi possível vincular individualmente as duas bases. A possível

desatualização dos contatos pode ter reduzido o alcance do convite, mas não há dados para medir esse efeito. Também não há denominadores anuais de ingressantes e matriculados para estimar taxas de evasão por coorte. Por isso, os resultados descrevem os registros de encerramento e as percepções dos participantes, sem estimar risco individual ou demonstrar causalidade.

Recomenda-se que o Colegiado do curso de Administração Pública utilize este diagnóstico como ponto de partida para validar o plano de 2027, definir responsabilidades e instituir a apresentação semestral de indicadores. Também se recomenda estabelecer uma rotina institucional de conferência e atualização dos dados de contato dos estudantes durante o vínculo acadêmico, utilizando os canais autorizados e observando as regras de proteção de dados. A continuidade do processo permitirá aprimorar a qualidade das informações e avaliar, ao longo do tempo, quais ações contribuem para a permanência e a conclusão da formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 8 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Ofício Circular nº 17/2022/CONEP/SECNS/MS. Brasília, DF: CONEP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/oficios-circulares/oficio-circular-no-17-de-5-de-julho-de-2022.pdf. Acesso em: 8 nov. 2026.

WANZINACK, Clóvis; ARCHANJO, Daniela Resende. Perfil, perspectivas e desafios dos(as) egressos(as) dos cursos de Gestão Pública e Administração Pública da UFPR – Setor Litoral. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**, ano 5, v. 5, n. 2, p. 138-153, jul./dez. 2021.

WANZINACK, Clóvis; BRAUNERT, Mariana Bettega. Saúde mental e impactos da vida universitária: um estudo de caso com estudantes da UFPR-Litoral. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 18, n. 1, p. 1-19, 2025. DOI: https://doi.org/10.5380/diver.v18i1.99603.